

5

*Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Universidade Federal da Bahia*

O LEGADO DE LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES PARA A ARQUIVOLOGIA NA BAHIA:

**MARCOS HISTÓRICOS DA GESTÃO NO ARQUIVO
PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (1959-1969)**

A “história dos arquivos e da Arquivologia” é reconhecida enquanto um dos principais campos temáticos de pesquisa (Couture; Ducharme, 1998-1999; Jardim, 2012) na área de Arquivologia. Este campo reúne pesquisas relativas à história das instituições arquivísticas e do desenvolvimento dos princípios e fundamentos teóricos da Arquivologia. Marques (2011) sublinha que o estudo dos arquivos se torna indispensável para o entendimento da expansão do próprio pensamento arquivístico. Contudo, observa-se que “[...] não há como dissociar a aplicação dos princípios teóricos, dos métodos e das práticas arquivísticas, historicamente construídos, das ações e estratégias dos seus principais atores sociais [...]” (Santos; Lima, 2016).

Nessa perspectiva, é possível verificar o incremento de produção acadêmico-científica nas últimas duas décadas (Santos, 2022), registrando o crescente interesse pelo conhecimento das origens e circunstâncias que determinaram a evolução histórica e a gestão dos arquivos (Vivas Moreno, 2004). No Brasil, o Arquivo Nacional (AN), principal instituição arquivística do país, tem sido objeto de diversos estudos. Souza (2015) analisou os fatores que favoreceram a modernização do AN nas gestões de José Honório Rodrigues e Celina Vargas do Amaral Peixoto. Santos e Lima (2016) se concentraram na gestão do historiador José Honório Rodrigues a frente do AN, no período de 1958 e 1964. Marques e Rodrigues (2017) examinaram as contribuições de José Honório Rodrigues para o AN e a Arquivologia brasileira. Gouvêa Barbatho (2020) se debruçou nas principais características do AN na gestão de Eugênio Vilhena de Moraes, entre 1938 e 1945.

No contexto da Bahia e do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), pesquisas têm sido desenvolvidas com a finalidade de reconstituir a trajetória institucional e compreender as contribuições marcantes de cada gestão, no âmbito do processo de institucionalização da Arquivologia (Matos, 2018). Nesta perspectiva, Antonietta d’Aguiar Nunes (2010) apresentou comunicação no IV Congresso Nacional de Arquivologia sobre a constituição e trajetória do Arquivo

Público da Bahia. Maria Teresa Navarro de Britto Matos e Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado publicaram resultados de pesquisa sobre o processo de criação e institucionalização do APEB, a partir de cinco regulamentos e regimentos formulados entre as décadas de 1890 e 1980 (Matos, Rosado; 2012; 2013; 2018). Matos (2019) divulgou em evento realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), relato de experiência acerca das políticas públicas direcionadas aos arquivos municipais no estado da Bahia, no período de 1967 a 2018. Desde 2018, Matos tem se dedicado ao estudo da gestão do historiador Luís Henrique Dias Tavares no APEB, de 1959 e 1969. As evidências apontam um conjunto de iniciativas que contribuíram de forma significativa para considerar o historiador um “gestor pioneiro da governança arquivística na Bahia” (Matos, 2018). Inclusive, demonstrado o protagonismo na institucionalização da formação em Arquivologia no estado (Matos, 2021).

Importante, registrar, que a gestão Luís Henrique Dias Tavares ocorreu na mesma época em que José Honório Rodrigues, dirigiu o Arquivo Nacional (AN). Ambos participaram da Primeira Reunião Interamericana de Arquivos (Pria), realizada em outubro de 1961, nos Estados Unidos, promovida pelo *National Archives and Records Service*, com apoio do *Department of State*, da *Rockefeller Foundation* e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Fato que explica o interesse de Paulo José Viana de Alencar (2021), em se consagrar a pesquisa sobre a Pria e sua influência nas medidas implantadas nas gestões de José Honório Rodrigues e Luís Henrique Dias Tavares, no âmbito do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF, sob orientação da professora Clarissa Schmidt.

Este texto tem por objetivo identificar marcos históricos na gestão da diretoria do APEB, no período de 1959 a 1969, com vistas a subsidiar uma reflexão sobre o legado Luís Henrique Dias Tavares para o processo de institucionalização da Arquivologia na Bahia.

A metodologia utilizada caracteriza-se como exploratória e descritiva, fundamentada em pesquisa documental no fundo do próprio Arquivo Público. Considerando que o referido fundo reúne, no momento, 85,83 metros lineares de documentos textuais produzidos, recebidos e acumulados pela diretoria do APEB, optou-se em consultar aqueles da gestão de Luís Henrique Dias Tavares (1959 a 1969). Notadamente, as correspondências expedidas e recebidas; os relatórios de gestão e os regimentos. Além da legislação específica.

Esclarece-se que o levantamento e a seleção das fontes documentais foram orientados a partir do plano e do código de classificação do APEB, oficializados em outubro de 2016, por meio de portaria da Fundação Pedro Calmon, vinculada da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Após a referida etapa, procedeu-se a leitura visando o aprofundamento da pesquisa documental. Cumpre, lembrar que parte das iniciativas a seguir apresentadas foram introduzidas em outras publicações (Matos, 2018; 2021).

DESENVOLVIMENTO

Luís Henrique Dias Tavares se destacou como um notável educador, mestre, professor¹², pesquisador e historiador. A sua trajetória intelectual, política e profissional foi dedicada ao fortalecimento da cultura historiográfica na Bahia, influenciando gerações de estudantes, profissionais e amigo(a)s que tiveram a oportunidade de absorver dos seus conhecimentos e ensinamentos. A vida e a obra de Luís Henrique são objeto de homenagens na comunidade acadêmica e científica, sobretudo entre o(a)s historiadore(a)s (Andrade; Teixeira, 2017).

12

"Desde 1957 exerceu o cargo de professor de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, como contratado" (Andrade; Teixeira, 2017). Em junho de 1961 passou a ocupar a cátedra de História, mediante aprovação em concurso para livre docente.

Considerando que dirigiu o APEB por 10 anos, de 1959 a 1969, propõe-se destacar o trabalho empreendido na instituição e na Arquivologia da Bahia.

Desde que tomou posse na direção do APEB, em abril de 1959, o professor Luís Henrique identificou e levou ao conhecimento das autoridades competentes, a existência de três problemas principais no âmbito do Arquivo Público e por extensão nos Arquivos Públicos brasileiros: a inadequada “concepção arquivística”, a ausência de pessoal técnico habilitado e de prédio apropriado (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1960).

Em meio a esses desafios, havia algo favorável. A importância institucional conferida ao Arquivo Público pelos governadores Juracy Magalhães (1959-1963), Antônio Lomanto Junior (1963-1967) e Luís Viana Filho (1967-1971), bem como dos secretários de Estado: Josaphat Marinho (1959-1960), Pedro Manso Cabral (1960-1963), Jorge Calmon Moniz de Aragão (1963-1966), Alaor Metzker Coutinho (1966-1967), Luiz Navarro de Britto (1967-1969) e Edivaldo Machado Boaventura (1970-1971) (Batalha, 2008). Essa afirmação fundamenta-se no teor das correspondências mantidas com as autoridades.

Dentre outras realizações na gestão Luís Henrique, merece particular atenção o empenho dedicado à propositura de valorização administrativa do APEB, objeto de projeto de reestruturação legal da instituição. Além da concretização de quatro iniciativas: a) o Curso de Arquivo, b) o Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos, c) a Biblioteca Francisco Vicente Vianna, e d) o Guia do APEB.

O governador Juracy Magalhães apresentou a Mensagem nº 44 à Assembleia Legislativa, em 15 de maio de 1961, propondo a reestruturação legal do Arquivo Público (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1962). O projeto de lei definia os objetivos, as finalidades e a estrutura da repartição. A justificativa para tal pleito fundamenta-se no fato da legislação ser antiga e superada. Buscava romper com

o que considerava uma “estagnação grave” da instituição que ocupava status cada vez mais periférico na administração pública. A proposta dessa reestruturação conferia ao Arquivo Público uma definição de autoridade arquivística, no âmbito do Poder Público. A instituição passaria a exercer o protagonismo no processo de modernização institucional. Na perspectiva de Luís Henrique, as unidades arquivísticas das Secretarias de Estado deveriam ser organizadas com base em uma visão de gestão de documentos, emanada do Arquivo Público, enquanto polo normalizador dos documentos públicos na estrutura governamental. Contudo, o Legislativo não compreendeu a magnitude que a reestruturação do Arquivo Público representaria como um “assunto” de importância política e administrativa. Curioso é que o citado projeto mereceu elogios quando apresentado e discutido na Pna, em outubro de 1961. A função e o valor do Arquivo Público foram ambos subestimados. A prioridade resumiu-se em desvinculá-lo da Secretaria da Justiça e oficializar o seu vínculo à Secretaria da Educação e Cultura.

Diante da impossibilitado da adoção de nova legislação específica reconhecendo a preeminência do Arquivo, semelhante à existente em outros países, Luís Henrique dedicou-se ao trabalho de formação de pessoal na área de Arquivologia, reconhecida como estratégica para qualificar o tratamento técnico do acervo documental custodiado, por meio da aplicação de princípios arquivísticos, de forma a atender a administração pública com eficiência e rapidez. Nas correspondências dirigidas às autoridades do governo do estado da Bahia, foi possível observar que Luís Henrique partilhava da opinião do arquivista francês Henri Boullier de Branche¹³ quanto a existir uma relação direta entre a formação de pessoal qualificado, de um corpo de funcionários especializados, e o “futuro dos arquivos brasileiros” (Boullier De Branche, 1975). Fato demonstrado por meio de entendimentos e negociações junto aos reitores da Universidade

13

De 1948 a 1963, ele foi chefe dos *Archives Départementales de la Sarthe*.

da Bahia e aos professores Edgard Santos (1946-1961) e Albérico Fraga (1961-1964), com a finalidade de criar o Curso de Arquivo em nível superior. Em correspondência encaminhada ao Magnífico reitor Albérico Fraga, o diretor do APEB informa que participou da Pria, que teve como um dos eixos temáticos centrais a formação de arquivistas. Na oportunidade, assistiu aos debates sobre escolas de arquivo empreendidos pelos doutores Ernest Posner, da *American University*, Aurelio Tanodi, da *Universidad Nacional de Córdoba*, e Theodore R. Schellenberg, diretor adjunto do *National Archives of the United States*. Na ocasião, considerou apropriado esclarecer que estava consagrando especial atenção à formulação de um programa a partir das experiências exitosas das universidades referidas, que ministravam cursos universitários na área de arquivologia.

Desde 1959, Luís Henrique manteve interlocução, também, com a professora Felisberta Liberato de Matos Carvalho, à época diretora da Escola de Biblioteconomia e Documentação (EBD) da Universidade da Bahia (UB), sobre a realização de Curso de Arquivo. Na oportunidade, mencionou que considerava ser justo que a EBD/UB ampliasse a sua área de atuação, tornando-se também uma escola de arquivo, responsável pela formação universitária de arquivistas no estado da Bahia. Em 10 de março de 1960, a professora Felisberta Liberato de Matos Carvalho, esclareceu que, de acordo com o Magnífico Reitor professor Edgard Santos, era de interesse da escola a criação de um departamento de Arquivologia. No entanto, no ano seguinte, em 1961, a diretora da EBD/UB comunicou ao diretor do APEB a inviabilidade de iniciar ainda naquele ano o curso programado. Registrou a expectativa de iniciar o curso regular em março de 1962 (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1962).

A dificuldade para criar o Curso de Arquivo na referida universidade, em convênio com o Arquivo Público, deveu-se à ausência de professores especializados para ministrar matérias básicas relativas aos princípios e técnicas arquivísticas. A propósito, Luís Henrique buscou o auxílio na OEA para viabilizar o financiamento da viagem

de professores estrangeiros a Salvador (Bahia, Brasil). Propôs, também, que os professores das matérias complementares fossem docentes da Faculdade de Filosofia e das escolas de Biblioteconomia e de Administração da UB. Todavia, não sendo possível a concretização do auxílio da OEA, optou por realizar o Curso de Arquivo com o próprio quadro de pessoal técnico do Arquivo Público. Considerando o significativo número de matrículas e o êxito do curso, a direção do APEB sugeriu ao governo a criação, por meio de decreto, de um novo curso de Arquivo, subordinado ao próprio Arquivo Público. Assim, em 17 de dezembro de 1962, por meio do decreto nº 18.731, foi criado o Curso de Arquivo (Bahia, 1962a), anexo ao APEB, com duração de oito meses. Instalado em 2 de abril de 1963 (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1963), o citado curso foi ministrado de forma regular de 1963 a 1969. Importante registrar que nas aulas de Arquivologia, utilizou-se o *Manual de Arquivos* do arquivista americano Theodore R. Schellenberg, publicado pela Imprensa Oficial do Estado, com a devida aquiescência do autor, dotando a arquivística baiana de instrumento de trabalho do qual carecia há longo tempo. É possível afirmar que a referida publicação, de matriz norte-americana, disponibilizou um conjunto de conceitos e técnicas utilizados pela administração de arquivos, sobretudo no que se refere à avaliação de documento.

Uma terceira iniciativa de grande relevo merece destaque: a criação do Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos. O art. 10 da lei nº 2.443, de 6 de abril de 1967, cria o Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos, que figura como a primeira referência à composição de um colegiado destinado a propor, estabelecer e aprovar dispositivos normativos para assegurar o controle da preservação e do acesso ao patrimônio documental do Estado. Esta percepção se expressa, ainda, no art. 9º, quando determina que: “os Arquivos Regionais do Estado, em número de três, serão organizados pelo Poder Executivo em cidades que melhor atendam pela sua localização e serviços urbanos disponíveis, as diversas Regiões Administrativas do Estado” (Arquivo Público do Estado da Bahia, 1967).

O Conselho funcionou junto ao Arquivo do Público, sob a presidência do seu diretor. Integravam o Conselho representantes dos seguintes órgãos: diretor do APEB; diretor do Departamento de Administração Geral; secretário da Assembleia Legislativa, corregedor da Justiça e responsável pelo Arquivo da Cúria Metropolitana.

Soma-se uma quarta iniciativa: a elaboração e a publicação do *Guia do APEB*. O primeiro Guia do APEB, publicado em 1968, constitui um instrumento de pesquisa essencial por apresentar um panorama geral do acervo documental custodiado. Até o presente momento o Guia é um documento de referência, sistematicamente consultado. À época, identificou-se que o descontrole e o desconhecimento do acervo custodiado repercutiram no desmembramento dos acervos para formar coleções “factícias”, o que resultou na criação de uma Seção Histórica. O princípio de proveniência não era devidamente respeitado, nem havia um quadro de classificação. Posteriormente, uma nova edição revisada e atualizada foi publicada no governo de Luís Viana Filho, e a professora Clara Maria Weber Barreto, da Universidade Federal da Bahia, trabalhou na sua equipe de elaboração. A distribuição do Guia foi cuidadosamente planejada. Exemplares foram encaminhados às autoridades da administração pública do estado da Bahia e ao presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, assim como aos governadores dos demais estados brasileiros, às universidades brasileiras e estrangeiras entre outros.

A quinta iniciativa que se destaca na gestão de Luís Henrique foi a criação e a implantação da Biblioteca Francisco Vicente Vianna. Uma biblioteca especializada em livros baianos ou versados em assuntos baianos, criada por meio do decreto nº 18.290, de 12 de janeiro de 1962 (Bahia, 1962b). Denominada Francisco Vicente Vianna em homenagem ao primeiro diretor do APEB, reúne livros raros de enorme valor, dentre os quais a coleção de leis portuguesas (1726-1801), Anais da Assembleia Legislativa (1872-1889), Falas, Relatórios e Mensagens da Presidência da Província (1841-1889), Mensagens dos Governadores do Estado da Bahia (1891-1959).

Essa Biblioteca, preparada de junho de 1959 a janeiro de 1961, custodia, além do acervo bibliográfico, mapas e plantas referentes à cidade do Salvador e ao estado da Bahia desde o período Colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos produzidos, recebidos e acumulados, de 1959 a 1969, pela gestão Luís Henrique Dias Tavares, que compõem o fundo APEB, registram marcos históricos significativos e importantes sobre o processo de institucionalização do APEB, bem como da Arquivologia na Bahia.

Mesmo diante do projeto de reestruturação legal do APEB não ter sido aprovado na Assembleia Legislativa da Bahia, a gestão Luís Henrique buscou outros caminhos para propor um novo direcionamento à instituição, fato que resultou em benefícios para o APEB. Criou e implantou o Curso de Arquivo, o Conselho de Assistência Técnica aos Arquivos e a Biblioteca Francisco Vicente Vianna. Além de elaborar e publicar o Guia do APEB. Um conjunto de ações que, dentre outras, repercutiram como experiência substantiva para o processo de valorização e de modernização da instituição. Incorporando, portanto, aspectos essenciais relacionados a políticas de arquivos, a profissionalização e ao conhecimento teórico-metodológico.

Importante registrar a interlocução nacional e internacional estabelecida por Luís Henrique com diversos atores da comunidade arquivística, e o empenho para divulgar as práticas e o pensamento arquivístico. A exemplo da publicação do *Manual de Arquivos* de autoria de Schellenberg, pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia, visando qualificar o trabalho dos arquivistas baianos.

Assim como o Arquivo Nacional, o APEB desempenhou um papel fundamental como pioneiro na formação de pessoal em Arquivologia. Nesse contexto, as evidências apontam para o Arquivo Público como *locus* do embrião que culminou na oferta do curso universitário de Arquivologia, iniciado em 1998 pelo Instituto de Ciência da Informação, na UFBA. Investigações futuras no arquivo histórico do ICI/UFBA deverão possibilitar a reconstituição do processo histórico da construção do curso de graduação em Arquivologia.

É possível compreender que a gestão de Luís Henrique Dias Tavares no APEB contribuiu de forma transformadora, pioneira e profundamente significativa para o desenvolvimento da Arquivologia na Bahia.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, P. J. V. de. **A primeira Reunião Interamericana de Arquivos e sua influência no desenvolvimento teórico-prático da arquivologia brasileira.** 2021. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2021.
- ANDRADE, M. J. de S.; TEIXEIRA, M. T. Luís Henrique Dias Tavares: trabalho, dedicação, precisão e crítica. *In*: LEAL, M. das G. de A.; SOUSA, A. P. (Org.). **Capítulos de história da Bahia – Independência.** Salvador (BA): Assembleia Legislativa da Bahia; EDUNEB, 2017.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades do Exercício de 1959.** Salvador (BA), 19 jan. 1960.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades do Exercício de 1961.** Salvador (BA), 13 fev. 1962.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades do Exercício de 1962.** Salvador (BA), 2 jan. 1963.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades do Exercício de 1966.** Salvador (BA), 9 fev. 1967.

BAHIA. **Decreto nº 18.290**, de 12 jan. 1962, cria a Biblioteca Francisco Vicente Vianna, no Arquivo Público do Estado da Bahia, 1962a.

BAHIA. **Decreto nº 18.731**, de 17 dez. 1962, cria o Curso de Arquivo, no Arquivo Público do Estado da Bahia, 1962b.

BOULLIER DE BRANCHE, H. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro (RJ): Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

BATALHA, S. **Cartilha histórica da Bahia**. Salvador (BA): Ed. do autor, 2008.

COUTURE, C.; DUCHARME, D. La recherche en archivistique: un état de la question. **Archives**, v. 30, nº 3-4, p. 11- 38, 1998-1999.

GOUVÊA BARBATHO, R. R. O Arquivo Nacional na gestão de Eugênio Vilhena de Moraes, 1938-1945. **Acervo**, v. 34, n. 1, p. 48-67, 2020.

JARDIM, J. M. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. *In*: VALENTIN, M. (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília (SP): Oficina Universitária; São Paulo (SP), Cultura Acadêmica, 2012, p. 135-153

MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M. Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil. **Acervo**, v. 30, n. 2, p. 176-191, 2017.

MARQUES, A. A. da C. **Interlocações entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – FCI,UnB, Brasília, 2011. (Orientadora: Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues).

MATOS, M. T. N. de B. A formação de pessoal em arquivologia na Bahia. Marcos históricos e institucionais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 31-47, jan./abr. 2021.

MATOS, M. T. N. de B. Políticas públicas e arquivos municipais: a experiência do Arquivo Público do Estado da Bahia, p. 85-98. *In*: RODRIGUES, A. C.; GOMES, D.; OLIVEIRA, L. M. V.; MELLO, M. T. B. (Org.). **Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano (e-book)**. Rio de Janeiro (RJ): L. E. T. Leite, 2019.

MATOS, M. T. N. de B. Governança e arquivos: a gestão Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Público do Estado da Bahia (1959-1969). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, nº 78, p. 147-166, 2018.

MATOS, M. T. N. de B; ROSADO, R. de C. S. de C. História dos arquivos e da arquivologia no Brasil: notas sobre o Arquivo Público do Estado da Bahia, p. 410-429. *In*: VENANACIO, R. P.; SILVA, W. A.; NASCIMENTO, A. (Orgs.). **Ensino e pesquisa em arquivologia** [e-book]: cenários prospectivos. Belo Horizonte (MG): Escola de Ciência da Informação, 2018.

MATOS, M. T. N. de B; ROSADO, R. de C. S. de C. Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia, 1890-1994. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p. 243-255, jul./dez. 2013.

MATOS, M. T. N. de B; ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. A institucionalização do Arquivo Público do Estado da Bahia: 1890-1990. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 39-58, jan./jun. 2012.

NUNES, A. d'A. Arquivo Público da Bahia: constituição e trajetória. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 4., p. 19-22, out. 2010, Vitória (ES). **Anais...**, 2010.

SANTOS, P. R. E. dos. Um ensaio sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-34, set./dez. 2022.

SANTOS, P. R. E. dos; LIMA, A. L. G. S. de. "Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração": notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 11, p. 483-502, 2016.

SOUZA, R. de M. A modernização do Arquivo Nacional: uma análise comparativa de 1958-1963 e 1980-1986. **Acesso Livre**, n. 3, p. 17-33, jan.-jun. 2015.

VIVAS MORENO, A. El tempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, p. 76-96, set./dez. 2004.